



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios
da política social”**

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Questão Agrária, Urbana e Ambiental.

Política urbana e reassentamento de famílias: estudo sobre adaptação habitacional no Projeto Riacho Doce em Belém, Pará

Solange Maria Gayoso da Costa¹

Laira Vasconcelos dos Santos²

Alan Jhonatan Furtado Nunes³

Resumo

O trabalho apresenta uma reflexão sobre as dificuldades de adaptação das famílias às unidades habitacionais construídas de forma padronizada pelo Estado. Apoiada na metodologia de Avaliação Pós-Ocupação, os dados coletados na pesquisa de campo apontaram que as insatisfações e dificuldades de adaptação com a nova habitação estão relacionados desde ao tamanho da unidade em si, até os materiais de construção utilizados. Conclui-se que a padronização da habitação e as dificuldades de adaptação, tem se constituído numa das variáveis indutoras para o repasse da casa adiante.

Palavras-chave: Política habitacional. Padronização. Adaptação habitacional.

Abstract

The paper presents a reflection on the difficulties of adaptation of families to housing units built in a standardized way by the state. Supported by the Post-Occupancy Evaluation methodology, the data collected in the field research showed that the grievances and difficulties in adapting to the new housing are related since the size of the unit itself, to the construction materials used. We conclude that the standardization of housing and the difficulties of adaptation, has become one of inducing variables for the transfer of the house below.

Keywords: Housing policy. Standardization. Housing adaptation.

¹ Profª Dra. do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ Universidade Federal do Pará (UFPA).

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Pará (UFPA).

³ Bolsista de iniciação científica do Curso de Serviço Social/Universidade Federal do Pará (UFPA).

1. INTRODUÇÃO

A produção acadêmica dos cursos de Serviço Social e Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA)⁴, sobre a execução de programas e projetos governamentais para construção de habitação de interesse social em áreas de assentamentos precários na Região Metropolitana de Belém, tem constatado as dificuldades de adaptação das famílias às tipologias das unidades habitacionais em que foram reassentadas.

O aumento das taxas dos serviços combinado com o grau de insatisfação com a casa tem potencializado a mobilidade habitacional nessas áreas sendo recorrentes alguns questionamentos e falas pelas famílias, como: “e o varal fica onde?”, “não tem lugar pra rede”, “não posso ficar a vontade na minha casa, as janelas são muito perto”, “como vou pendurar minha roupa na frente da casa, no quintal não posso porque já é a casa do vizinho?”, “as paredes não tem reboco, entra água quando chove”, “vou embora pra casa da minha filha, aqui eu fico triste, me sinto presa” (PERDIGÃO; GAYOSO, 2012, p. 114). Tais questionamentos indicam que as novas unidades habitacionais produzidas nas intervenções governamentais, na cidade de Belém, seguem modelos habitacionais padronizados sem atenção ao contexto cultural local, induzindo maiores dificuldades na adaptação das famílias.

Além das dificuldades econômicas mais imediatas, com o pagamento das taxas de serviços e custos condominiais das áreas de uso coletivo, surgem outras relacionadas à adaptação ao espaço físico das unidades habitacionais que geram sérias consequências na perda de vínculos espaciais, principalmente em se tratando de pessoas idosas e aquelas que ainda precisam de suporte físico para o fortalecimento identitários. (PERDIGÃO, 2005).

As intervenções governamentais voltadas à construção de unidades habitacionais tem seguido um modelo padronizado com tipologia unifamiliar térrea (sala, quarto, cozinha e banheiro), ou edificações multifamiliares (prédios de apartamentos e sobrados), não considerando a cultura e o modo de vida local. No caso das cidades

⁴ No ano de 2012 foi aprovado no edital do CNPQ/MICIDADES o projeto de pesquisa “O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá”, envolvendo alunos de graduação e pós-graduação em serviço social, arquitetura e urbanismo e psicologia (ainda em curso).

Amazônicas a padronização da habitação, seguindo esse modelo, tem se constituído numa das variáveis indutoras para o repasse da casa adiante.

Os resultados preliminares das pesquisas em curso apontam que as insatisfações com a nova habitação estão relacionados desde ao tamanho da unidade em si, ou de apenas um dos cômodos até os materiais de construção utilizados, implicando na necessidade de adaptações do projeto arquitetônico, cujo impedimento gera conflitos em vários níveis que vão desde a relação entre as famílias e os órgãos executores da intervenção, as relações de vizinhança e familiares. Tal quadro geral se coloca como um objeto de pesquisa importante para a reflexão sobre a política habitacional, podendo ser investigado continuamente, reeditado em suas várias possibilidades de apreensão do espaço habitacional como objeto de pesquisa.

Nesse sentido, o presente artigo descreve alguns resultados preliminares, obtidos no âmbito da pesquisa “O PAC Urbanização de Assentamentos Precários em Cidades Amazônicas: proposta metodológica para avaliação da produção e ocupação humana na política habitacional em Belém e Macapá”, sobre adaptação habitacional nas unidades multifamiliares construídas pela intervenção governamental na comunidade do Riacho Doce no município de Belém.

A pesquisa tomou como referência os trabalhos de Avaliação Pós-ocupação, com ênfase para as questões sobre a adaptação habitacional, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa documental e de campo. Foram pesquisados os seguintes documentos da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (2001); da Companhia de Habitação do Pará (COHAB) Projeto Social (2008) e Plano de Reassentamento (2011). Foram consultados ainda, os cronogramas de reprogramação de obras e de trabalho social (2011, 2014). A pesquisa de campo foi realizada junto a 53% das famílias reassentadas com aplicação de formulários sobre pós-ocupação/adaptação habitacional, no ano de 2014. Os dados obtidos foram analisados e organizados em tabelas.

2 POLÍTICA HABITACIONAL E REASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO: TENDÊNCIAS NAS INTERVENÇÕES GOVERNAMENTAIS EM ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

A implementação da política nacional no Brasil foi marcada por períodos distintos e por diferentes impactos sociais no país. O primeiro período pode ser identificado com

a constituição de uma estrutura específica voltada para a Política Habitacional com a criação em 1964 do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), que impulsionou mudança significativa no perfil das cidades brasileiras, promovendo a intensificação do processo de verticalização, de periferização e de expansão da rede de infraestrutura urbana.

Entre os anos de 1960 e de 1980, o Estado foi o centralizador das políticas e do modelo de planejamento urbano adotado. A política urbana formulada durante o governo autoritário utilizou os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da poupança privada para promover entre os anos de 1964 e 1985, a construção de mais de quatro milhões de moradias⁵ e implementar os principais sistemas de saneamento do país, adotando um planejamento urbano tecnocrático e autoritário. Após a extinção do BNH em 1986, sucedeu-se um segundo período, marcado pela desestruturação do SFH e dispersão das políticas de habitação e saneamento. Institucionalmente, as responsabilidades foram distribuídas entre a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Central (BC) e o Conselho Monetário Nacional (CMN), sendo que passou para este último a responsabilidade e controle do SFH.

Nesse período a política urbana adotou como centralidade a remoção dos assentamentos precários das áreas centrais e de maior valorização do solo urbano para as áreas periféricas das cidades. O que levou a construção dos grandes conjuntos habitacionais pelo BNH e pelas COHABs.

Ao analisar o desenvolvimento da política urbana em uma cidade capitalista Lojkin (1997) afirma sua função de distribuição dos equipamentos urbanos entre as classes sociais segregando o meio urbano, com isso promovendo a economia e a reprodução dos meios de produção em sua política econômica. Para o autor, a política urbana expressa a contradição presente na produção capitalista: a necessidade de socialização das forças produtivas e o crescimento econômico direcionado à valorização do capital.

Um terceiro período que marcou uma nova fase na Política Nacional de Habitacional (PNH) foi a criação do Ministério das Cidades no ano de 2003, que passou a ser o órgão responsável pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e a integração da Política Habitacional, cuja prioridade volta-se para a integração urbana de

⁵ Ministério das Cidades, 2004.

assentamentos precários e a provisão habitacional. A PNH passou a contar com um conjunto de instrumentos para sua implementação, como: o Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Programa de Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação e o Plano Nacional de Habitação.

Nessa nova fase, seguindo as orientações das agências multilaterais⁶, muda-se a diretriz geral de investimentos em intervenções governamentais voltados a urbanização de assentamentos precários com prioridade para a manutenção das famílias na poligonal de intervenção dos projetos. As intervenções urbanísticas realizadas pelos governos estaduais e municipais, com recursos federais, a partir da década de 1990, seguem essa nova tendência substituindo as diretrizes anteriores de remoção total dos assentamentos.

Rodrigues (2003) ao estudar sobre a intervenção nas favelas afirma que a ação do estado se organiza em duas propostas básicas: a erradicação da favela, cuja principal característica é a remoção dos moradores e a liberação da área para outros usos, possibilitando assim, uma revalorização do solo urbano, uma vez que se leva para longe os moradores e a pobreza. A segunda proposta é a permanência da favela com a erradicação de suas características investindo na urbanização e melhorando a infraestrutura com renovação dos serviços de água, luz e saneamento; promovendo ainda a legalidade da terra urbana. Para a autora, ambas as propostas de intervenção promovem a valorização da terra urbana nas imediações em decorrência dos investimentos de urbanização e infraestrutura. Em se tratando de urbanização de assentamentos precários observa-se maior investimento na segunda proposta apontada por Rodrigues.

Contudo, de um lado, não se pode deixar de mencionar que implantação do Programa Minha Casa Minha Vida, voltado à provisão habitacional na PNH, possibilitou uma renovação da construção dos grandes conjuntos habitacionais aos moldes do antigo BNH. Por outro lado, também, não se pode ignorar que a implementação das diretrizes do planejamento estratégico de cidades tem sido decisivo para o aumento exponencial de remoções forçadas de assentamentos populares, muitos

⁶ No final da década de 1990 o governo federal executava o Programa Habitar Brasil Bid destinado a urbanização de assentamentos precários e desenvolvimento institucional, no qual a normativa da agência de financiamento já recomendava evitar o deslocamento de populações para áreas distantes do local da intervenção.

com décadas de existência, visando a liberação de áreas para instalação de empreendimentos e grandes negócios.

Gomes (2005) pontua que tal tendência segue a orientação das agências multilaterais que têm direcionado esforços para o “convencimento” dos governos locais a implementar intervenções que promovam os moradores da cidade informal aos direitos da cidade formal. Ou seja, promovam a regularização da favela e assim a sua incorporação à cidade formal. Nessa perspectiva, segundo a autora, a urbanização da favela, implementada pelo estado, passa pela preocupação de inserir a favela aos fluxos da globalização.

Souza e Santana (2013) ao refletir sobre as condições de (in)permanência dos moradores em áreas de assentamentos precários urbanizadas, afirmam que a preocupação recente do Estado com a permanência dos habitantes corresponde à necessidade de redução dos gastos do governo federal em políticas urbanas voltadas as frações de classe trabalhadora, uma vez que a remoção exige vultosos recursos. Observam ainda as autoras, que essa nova tendência de orientação da política urbana se dá de forma fragilizada, especialmente na discussão da “verdadeira permanência das pessoas nos locais de moradia”.

Nesse contexto, de reorientação da política de urbanização de assentamentos precários que se realizou a pesquisa na comunidade do Riacho Doce em Belém, procurando identificar as dificuldades de adaptação das famílias as novas tipologias habitacionais.

3 PROJETO DE URBANIZAÇÃO E PRODUÇÃO HABITACIONAL NA COMUNIDADE RIACHO DOCE: ENTRE A CADA PRÓPRIA E AS DIFICULDADES DE ADAPTAÇÃO HABITACIONAL

A comunidade do Riacho Doce localiza-se no bairro do Guamá, às margens do Igarapé Tucunduba, situa-se a cerca de 12 km (em linha reta) do centro da cidade de Belém. O processo de “ocupação” das Terras do Tucunduba decorre das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas em Belém, desde a década de 50, com o crescimento da população de baixa renda e a “ocupação” das áreas de baixadas⁷.

⁷ Áreas alagadas ou alagáveis abaixo 4m da linha do mar.

O projeto de urbanização e produção habitacional em execução na comunidade do Riacho Doce está inserido no programa de urbanização mais amplo de macrodrenagem e urbanização da Bacia Hidrográfica do Igarapé Tucunduba, iniciado no ano de 1998 pela Prefeitura de Belém (PMB)⁸. No ano de 2001, com recursos do Programa Habitar Brasil Bid (HBB) iniciou-se o projeto de urbanização e produção habitacional nas comunidades do Riacho Doce e Pantanal, sob a denominação de Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal (PDLRDP), com previsão de atendimento de 1537 famílias.

Com a mudança na gestão governamental no ano de 2005, as obras paralisam sendo retomadas após o ano de 2007 quando a intervenção sai da responsabilidade do governo municipal e passa para o governo estadual, ficando a cargo da Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB), que nesse mesmo ano, assina contrato com a CAIXA via financiamento de recursos pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PPI/PAC na modalidade urbanização. Sendo replanejada para execução em três etapas, cada uma com respectivos contratos de financiamento, e ampliação para o atendimento de 2.843 famílias contando para isso com cerca de 55 milhões de reais (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2012).

Contudo, as intercorrências na execução da intervenção continuaram, havendo períodos longos de paralização da obra levando a reprogramações do cronograma de execução, estendendo-o até o ano corrente sem previsão de conclusão. Tal intervenção pode-se afirmar tornou-se uma das mais longas e conflituosas nos seus 14 anos de execução, gerando impactos negativos na vida das famílias atingidas pela intervenção, especialmente aquelas que já foram remanejadas e encontram-se no auxílio moradia sem nenhuma certeza do recebimento da casa própria. .

Segundo a COHAB (2014) no projeto estão previstos 524 remanejamentos de famílias; das quais 382 recebem auxílio moradia e encontram-se aguardando a finalização da construção de sua moradia para serem reassentadas e 23 optaram pela indenização financeira da sua antiga habitação.

⁸ Na bacia hidrográfica do Tucunduba estão sendo feitos investimentos voltados para a dragagem e retificação do Igarapé Tucunduba, retirada das palafitas localizadas no leito e margens do igarapé com ações de remanejamento das famílias ali residentes, construção de unidades habitacionais para reassentamento das famílias e abertura de novas vias marginais (BELÉM, 2001).

Os dados sobre auxílio moradia apresentados na tabela 01 são também representativos das ações de remanejamento, iniciadas no ano de 2001⁹, com o deslocamento de 32 famílias, que receberam sua casa própria oito anos depois, em 2009, com a entrega de dois blocos de apartamentos cada um com 16 unidades.

Tabela 01: distribuição do número de famílias em auxílio moradia por ano de inclusão.

Ano	2001	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Quantidade	32	48	259	13	07	18	37	382

Fonte: (BELÉM, 2001) e (COHAB, 2014).

As outras 350 famílias ainda aguardam pela nova habitação, sem qualquer previsão de quando isso irá acontecer. Alguns relatos indicam que a condição de vida das famílias que estão nessa situação é agravada pelo processo de empobrecimento e desestruturação dos laços familiares e abalos psicológicos.

Na tabela 02 apresentam-se os dados sobre o tempo de moradia na unidade habitacional, sendo possível constatar que das unidades habitacionais entregues no ano de 2009¹⁰, pelo menos, 65% foram repassadas a outros moradores. O repasse foi feito através da venda das unidades ou cessão aos parentes para uso habitacional.

Tabela 02: Tempo de residência das famílias nas unidades habitacionais.

Variável	Frequência	%
Menos de 5 anos	11	65%
5 anos	6	35%
Total	17	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

⁹ Os primeiros remanejamento de famílias ocorridos no ano de 2001 teve como causa um incêndio na comunidade do Riacho Doce que, desalojou inicialmente cerca de cem famílias. Para atendimento das famílias a PMB construiu um alojamento provisório que as abrigou por cerca de um ano; forneceu cesta material de construção e acompanhamento técnicos para algumas famílias reconstruírem suas casas; outras foram reassentadas em unidades habitacionais na comunidade do Pantanal e 32 foram incluídas no auxílio moradia a fim de aguardarem a construção das habitações.

¹⁰ A projeção inicial da equipe foi de aplicar o formulário de pesquisa em 100% das famílias reassentadas, contudo algumas situações enfrentadas durante o trabalho de campo não permitiram o alcance da meta estabelecida, como: o crescimento da violência urbana que dificultou o acesso ao local e permanência dos pesquisadores no campo (sendo inclusive alvo de assaltos); recusa das famílias em participar da pesquisa, muito em decorrência de já terem sido muitas outras vezes abordadas por pesquisas anteriores (09 famílias se enquadram nessa situação) e apartamentos fechados (06 no total) durante os horários de ida a campo. Das 32 famílias 17 (53%) aceitaram participar da pesquisa.

Os motivos para o repasse são diversos, vão desde as dificuldades financeiras em arcar com os custos da nova moradia até a não adaptação ao modelo de habitação multifamiliar. Um dos casos relatados foi de uma senhora que repassou o apartamento para a filha morar, pois se sentia sufocada pela nova casa. Outros, relatam as dificuldades em manter sua atividade econômica, conforme pode ser observado na tabela 03.

Tabela 03: Desenvolvimento de atividade comercial na residência: comparativo entre a casa anterior e a casa atual.

Variável	Casa anterior		Casa atual	
	Frequência	%	Frequência	%
Sim	13	82	4	18
Não	4	18	13	82
Total	17	100	17	100

Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com os dados da pesquisa houve uma inversão na situação da renda familiar. Enquanto que na casa anterior 82% das famílias podiam desenvolver sua atividade comercial, na casa atual há uma queda brusca desse percentual, somente 18% ainda conseguem desenvolver alguma atividade comercial. Dentre as atividades mais citadas pelos entrevistados estavam os pequenos comércios destinados a vendas a varejo, que não puderam ser mantidos nos apartamentos.

Com relação às dificuldades de adaptação a nova habitação 100% dos entrevistados apontou ter alguma dificuldade, havendo maior incidência para aquelas próprias a vida em condomínio como as taxas e regras condominiais; e para o tamanho dos cômodos do apartamento, conforme aponta a tabela 04.

Tabela 04: Avaliação sobre o tamanho e disposições dos ambientes.

Variável	% Positivo	% Negativo	N.S.A
Tamanho da casa	53%	47%	0%
Tamanho da cozinha	12%	88%	0%
Tamanho do banheiro	53%	47%	0%
Tamanho da sala	65%	35%	0%
Tamanho dos dormitórios	59%	41%	0%
Tamanho da área de serviço	12%	71%	17%
Disposição dos cômodos	47%	47%	6%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A avaliação dos entrevistados sobre o tamanho da sala e do quarto foi positiva, 65% e 59% respectivamente, consideraram que esses cômodos têm um bom tamanho, talvez por isso sejam os mais utilizados na casa atual.

Os dados sobre a dificuldade com a área de serviço é reforçada pela avaliação dos entrevistados sobre o tamanho dos ambientes, onde 71% apontaram uma avaliação negativa desse cômodo e outros 17% não souberam avaliar, dada a dificuldade em utiliza-la devido ao seu minúsculo tamanho. Fator de grande insatisfação dos moradores, muitos dos quais foram deslocados de casas mais amplas e com quintais.

Outro ambiente que aparece como mais utilizado, a cozinha, no quesito tamanho não foi bem avaliada pelos entrevistados, sendo que, 88% fizeram uma avaliação negativa desse cômodo. Já o tamanho do banheiro recebeu uma avaliação positiva com 53% considerando-o bom. Quanto à distribuição dos cômodos a avaliação positiva e negativa teve o mesmo percentual 47%.

O tamanho da casa foi avaliado positivamente por 53% dos entrevistados. Contudo, os outros 47% dos entrevistados consideraram o tamanho da casa como regular. Este último percentual em nossa avaliação pode ser considerado alto quando se trata de aceitação de tipologias/modelos e adaptação habitacional. Tal afirmação é corroborada pela resposta obtida dos entrevistados a seguinte questão: **Você sente falta de espaço para desenvolver alguma atividade na sua casa?** 59% responderam que sim, que sentem falta de mais espaço para desenvolvimento de alguma atividade: 12% sentem falta de mais um ambiente interno e 47% de outro ambiente externo.

Com avaliação de natureza qualitativa adotou-se uma caracterização geral que permitisse compreender melhor as motivações que conformam as atividades humanas com relação à habitação. Mostram-se a percepção dos entrevistados quanto a casa anterior ao remanejamento e a casa atual, na situação de reassentamento. Foram realizadas duas perguntas abertas sobre “o que gosta” e o que “não gosta” em ambas as casas. As respostas foram diversas e apontaram para percepções do gostar e não gostar que envolviam questões mais pessoais e também avaliações sobre o ambiente interno e externo à casa – o entorno, o bairro, as condições de saneamento, dentre outros¹¹.

¹¹ Para efeito de análise, as respostas foram agregadas em categorias, quais sejam: i) centrada na pessoa, para aquelas respostas cuja percepção do “gostar” e “não gostar” está ligado a ele próprio e a outras pessoas; ii) centradas no ambiente, classificação utilizadas para aquelas respostas que estão relacionadas às condições sanitárias e ambientais nas quais a habitação está inserida e, ainda, à organização espacial do

Com relação a percepção dos entrevistados sobre “o que gosta” e “o que não gosta” na sua casa anterior, os dados coletados apontaram que 59% das respostas para “o que gosta” estavam centradas no ambiente e 35% no ambiente/pessoa. Enquanto que 71% aponta que não gosta do ambiente da casa anterior. No geral o “gostar” refere-se a vizinhança, ao conforto térmico proporcionado pela casa de madeira, ao tamanho da casa que possibilitava ter “área boa para serviços” e a presença do quintal. E o “não gostar” ao estado físico do imóvel com a madeira desgastada pelo tempo e as condições sanitárias e insalubres próprias das áreas alagadas e/ou alagáveis.

Tabela 5 - Demonstrativo das respostas que equivalem as categorias centrado no ambiente; na pessoa e centrado no ambiente/pessoa na casa anterior e casa atual.

Variável	Casa anterior		Casa atual	
	% gosta	% não gosta	% gosta	% não gosta
Centrado na pessoa	0	6	6	0
Centrado no ambiente	59	71	76	100
Centrado no ambiente/pessoa	35	18	12	0
s/r	6	6	6	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas sobre “o que gosta” e “o que não gosta” na sua casa atual os resultados apontam para a insatisfação das famílias com a nova casa. Como pode ser observado na tabela 5, 100% dos entrevistados relacionaram a sua insatisfação com a casa com o ambiente, confirmando as dificuldades de adaptação a tipologia da casa multifamiliar, expressas nas respostas do tipo: “a cozinha é pequena”, “não tem quintal”, “não tem área de serviço”, “não gosto de nada, é tudo fechado, não tem espaço, é cheia de infiltrações e problemas”. Tal resultado pode ser confirmado, ainda que no primeiro momento pareça contraditório, ao observamos que os 76% dos entrevistados cujas respostas para o “gostar” na casa atual também estão centrados no ambiente, referindo-se as condições sanitárias da moradia atual, ao tipo de material construtivo da nova unidade habitacional e a sua atual condição legal de proprietário do imóvel.

ambiente interno e o tamanho dos cômodos da casa; iii) centradas no ambiente/pessoa, para aquelas respostas envolvendo as condições ambientais e pessoais cuja percepção não tornam claro as respostas centradas na pessoa nem no ambiente, seus limites são ambíguos e também comparecem no aspecto positivo e negativo.

A pesquisa permitiu verificar então que, para além da fragilidade econômica das famílias para arcarem com as despesas da nova habitação, outras determinações ligadas ao ambiente da casa geram efeitos no grau de satisfação e adaptação com a nova moradia; sendo, em alguns casos, decisivos para o repasse da casa.

Perdigão (2005), sobre pesquisa em área de reassentamento em Belém identificou menores índices de modificações nas unidades habitacionais construídas e venda das habitações, quando as famílias puderam optar e intervir na construção da habitação. A autora considera o Remanejamento CDP em Belém (PA) um exemplo de “prática que considerou além das vivências intencionais da consciência dos usuários, as vivências espaciais de natureza psico-afetiva representadas pelas casas anteriores, inclusive as da cidade natal”.

4. CONCLUSÃO

A nova política habitacional vem priorizando a urbanização em assentamentos precários com obras de saneamento integrado e por vezes a necessidade do remanejamento involuntário de famílias. O Estado já criou vários instrumentos de regularização de remoção a fim de respeitar os direitos dos moradores que habitam em assentamentos precários, como a Portaria nº 317/2013 do Ministério das Cidades (DOU de 19/07/2013/ nº 138, Seção 1, pág. 42), a qual normatiza os procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Entretanto, em muitos casos, tais normas não são suficientes para garantir aquilo a que se propõe, como a permanência das famílias nas novas unidades habitacionais construídas.

O destino final das famílias para habitações padronizadas anulam as referências espaciais dos moradores, acumuladas na autoprodução habitacional, com utilização de técnicas construtivas adquiridas pelas práticas sociais da autoconstrução que apontam para a valorização da cultura local. De fato, tal anulação têm provocado efeitos na adaptação das famílias às tipologias habitacionais impostas pelas intervenções governamentais.

Os resultados da pesquisa apontaram aspectos divergentes entre pessoa-ambiente que coloca em evidência e leva ao questionamento sobre a produção habitacional por iniciativa do Estado, indicando a necessidade de recondução da metodologia oficial/estatal de produção da habitação de interesse social. De fato, ainda é incipiente o investimento na avaliação das condições criadas para a melhoria da qualidade de vida da população envolvida com a execução de ações de governo em assentamentos precários.

A complexidade do uso espacial, como é o caso da habitação social, reflete um contexto de produção e ocupação que aponta para algumas discussões frutíferas, colocando a relação entre a habitação e a vida humana no seu devido lugar, na justa medida de influências e efeitos. E que são importantes para avaliação da Política Habitacional estatal.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, A. G. **Urbanização e remoção: por que e para quem?** Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1988.

BELÉM (Município). **Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal: Concepção geral.** Belém, 2001. v. I.

BELÉM (Município). **Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal. Trabalho de Participação Comunitária.** Belém, 2001. v. IV.

BELÉM (Município). **Plano de Desenvolvimento Local Riacho Doce e Pantanal. Arquitetura e Urbanismo.** Belém, 2001. v. V.

COHAB-PA. **Plano de Remanejamento Riacho Doce,** 2011.

COHAB-PA. **Projeto de Urbanização Riacho Doce.** Cronograma físico financeiro, 2014.

GAYOSO DA COSTA, S. Como vejo minha casa: representações do espaço casa numa área de baixada de Belém. In AMIN, Mário Miguel, XIMENES, Tereza. (Orgs). **Habitat nos países Amazônicos.** Belém: UFPA/NAEA, 1998.

GAYOSO DA COSTA, S. **Razões ou ilusões de estabilidade:** representações e referências imaginárias sobre a habitação na “ocupação espontânea” Riacho Doce – Belém – Pará. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFPA. Belém: UFPA/IFCH, 2002.

GOMES, M. de F.C.M. Política de Habitação e Sustentabilidade Urbana. In GOMES, M. de F.C.M.; PELEGRINO, A.I. de C. (Orgs.) **Política de Habitação Popular e Trabalho Social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cadernos MCidades: habitação**. Política nacional de habitação. Caderno nº 4. Série de Cadernos MCidades. Brasília: Governo Federal, 2004b

PERDIGÃO, A. K. de A. V. **A Dimensão afetiva da Arquitetura de espaços habitacionais**. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005.

PERDIGÃO, Ana Klaudia de A. V. e COSTA, Solange. M. G. Interpretações sobre a casa para produção de moradia. In: SANTANA, Joana V.; HOLANDA, Anna Carolina G.; MOURA, Aldebaran (Orgs.). **A questão da habitação em municípios Periurbanos na Amazônia**. Belém: Edufpa, 2012.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da cidade unidos na condição: o conjunto Cidade Nova como um espelho de segregação social em Belém**. Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

SOUZA, A. K. de; VALENTE, S. J. Política habitacional e (in)permanência das famílias remanejadas: estudo sobre o projeto de urbanização Vila da Barca em Belém, Pará. In **Revista de Políticas Públicas**, v. 17, nº 1, p. 171-181, 2013.

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da. **Produção do espaço e diversidade do uso do solo em área de baixada saneada**: Belém (PA). 1993. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Pará / NAEA / PLADES, Belém, 1993.